

Ideologia: conceito e características



Por **RUBENS PINTO LYRA***

As classes subalternas podem afirmar a sua especificidade e desempenhar um papel ideológico inovador – mesmo sob a dominação do Capital – essencial à constituição de uma contra-hegemonia política e cultural

A ideologia como produto material e histórico

A análise do conteúdo das ideias dos grandes pensadores revela o descompasso – algumas vezes profundo – entre a interpretação que suas teorias oferecem do real e a realidade observada. Uma investigação menos superficial das conclusões a que chegaram filósofos e cientistas sociais sobre a natureza do homem e dos fenômenos produzidos pela vida em sociedade, comprova esta afirmação.

Aristóteles, por exemplo, a despeito de ter sido um pensador genial, acreditava que os homens eram desiguais por natureza, e que a diferença de qualidade entre os homens superiores e inferiores era tão grande “como a do corpo em relação à alma”. Com base nesta análise, o grande filósofo grego concluía logicamente que a condição social do escravo se explicava pela sua limitada Inteligência. Assim, ele estimava que para os escravos, “é útil e justo viver na escravidão” (ARISTÓTELES: 1971, p.1).

As pessoas em geral manifestam surpresa ao saber que tais concepções, aparentemente esdrúxulas, tenham sido elaboradas por homens como Aristóteles, cuja inteligência percuciente e cultura privilegiada não podem ser postas em dúvida. Na verdade, a visão mais ou menos deformada do objeto de análise não depende, fundamentalmente, do grau de inteligência e de cultura do observador, mas de elementos objetivos que dizem respeito às condições materiais em que se encontra inserido.

Como disse Marx “as fantasmagorias do cérebro humano são sublimações resultantes necessariamente de seu processo de vida material” (MARX: 2008, p. 77). Em outras palavras, os homens constroem, sobre uma determinada realidade, uma visão ilusória desta, e essa construção ideológica é sempre explicável pelas condições concretas e específicas do período histórico e do tipo de sociedade em que vivem (1). Assim, a história da humanidade passa por etapas que vão desde a vida em sociedades primitivas, marcadas pelo Incipiente desenvolvimento das forças de produção (meios de produzir riqueza, como os Instrumentos de trabalho, a matéria-prima e a força produtiva do homem), até o modo de produção capitalista, onde a ciência e a técnica ocupam lugar proeminente.

Compreende-se, desta forma, que nas sociedades primitivas, o pensamento humano esteja impregnado de explicações mágico-religiosas. Fenômenos tais como a tempestade ou a seca (naturais), ou a guerra (sociais), tinham, segundo os primitivos, como causa a Ira ou a cólera dos deuses, insatisfeitos com o comportamento dos homens. Já as condições materiais próprias das sociedades modernas, caracterizadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico – expressão do

estágio avançado do desenvolvimento das forças produtivas- fornecem bases objetivas que explicam a notável evolução na maneira de captar os fenômenos naturais e sociais, até recentemente avaliados pela ótica do sobrenatural.

Atualmente, mesmo os Ideólogos religiosos afastam a relação direta entre esses fenômenos e a suposta ação da Divindade. Por outro lado, expressiva maioria dos estudiosos da sociedade converge na afirmação que conflitos como guerras, rebeliões e greves têm como causa fatores de ordem econômica e social, que podem ser, pela ação humana, eliminados ou atenuados. Fica, portanto, evidenciado que o mundo das representações que os homens elaboram não tem história própria. Ao contrário, são produtos das condições concretas e específicas de sua vida material (2).

Ideologia e ciência

A percepção que o homem tem do real, fruto de sua práxis concreta, não pode, por definição, escapar aos múltiplos condicionamentos decorrentes dessa *práxis*, próprios ao sujeito, à classe social e à época histórica a que pertence. Leandro Konder já advertia sobre “a necessidade de nos precaver contra a ilusão de uma ciência pura, que se desenvolvesse à margem da história global dos homens e se mantivesse imune às contingências dessa história (1965, p.74).

Certo grau de opacidade e, portanto, de Ideologia, é, pois, intrínseco ao conhecimento científico, cujas normas tampouco foram ditadas por alguma divindade imune ao tempo e às injunções da mudança. São normas historicamente condicionadas. Enquanto tais, elas evoluem e se alteram. Isto significa que, em matéria de ciência não há objetividade absoluta “A imagem do mundo que as ciências elaboram de forma alguma pode ser concebida como um instantâneo fotográfico. De uma forma ou de outra, ela é sempre interpretação” (JAPIASSÚ:1981, ps.44-5).

Leandro Konder acrescenta ainda que “seria ingenuidade supor uma separação nítida entre ciência e ideologia porque seria compreender deficientemente a natureza do pensamento ideológico, supondo-o incompatível com qualquer forma de cientificidade. Isto não ocorre. O ideológico não exclui o científico” (1965, p.75).

Gramsci nunca separou ciência e ideologia em compartimentos estanques, pois que, para ele, não existe uma dicotomia entre o conhecimento “puro”, científico, supostamente “proletário” e a ideologia burguesa, falsa e enganosa. Segundo o pensador sardo, “toda forma de conhecimento humano é atravessada pela ideologia: a tarefa da filosofia da *práxis* (entenda-se marxismo), enquanto ideologia superior, coerente e orgânica é “realizar uma crítica dessas concepções ainda confusas e contraditórias” ...mediante uma “reforma intelectual e moral que difunda entre as massas uma cultura nova e superior” (Gramsci in COUTINHO: 1984, p.85).

Se assim é, para galgar novos patamares no conhecimento da sociedade e da política, “não se trata de Introduzir ex-novo uma ciência na vida individual de todos, mas de inovar e tornar crítica uma atividade de Já existente”, superando e incorporando dialeticamente o conhecimento mediatizado pelo senso comum (Gramsci in COUTINHO> 1981, p. 27).

É interessante assinalar que, segundo as concepções acima expostas, que não dicotomizam ciência e ideologia, não é possível classificar as ideias como verdadeiras (científicas) ou falsas. O critério inicial para se julgar da validade de determinadas ideias, e a impropriedade de outras, é o critério da prática. As que se revelarem capazes de cumprir a função a que se propõem. Isto é, ao se mostrarem eficazes, podem postular a condição de “verdadeiras”; as que não resistirem às provas da História, são “falsas”.

Entretanto, se a eficácia é necessária, não é suficiente para considerar “verdadeiras” determinadas ideias. Estas, para serem reconhecidas, não podem ser valoradas apenas pela sua operacionalidade, pois não se trata de uma apreciação que envolva elementos meramente técnicos. O critério decisivo de valoração do conhecimento se relaciona, necessariamente, com sua dimensão ético-política.

A revolta estudantil ocorrida em Maio de 1968, na França, condenou “o imperialismo mistificante da ciência, caução de todos os abusos e de recuos, para substituí-la pela escolha entre as possibilidades que ela oferece”. Os estudantes franceses entenderam que é *conditio sine qua non* para que a ciência e a técnica sejam libertadoras, a modificação de seus objetivos atuais de destruição dos meios de produção sociais Ademais, a Primavera Libertária de Maio de 1968 pôs por terra a crença no progresso automático: “o nosso modernismo não passa de uma modernização da polícia” (MATOS:1981, p.12).

Já Erich Fromm, eminente estudioso de Psicologia Social, fazendo uma crítica científica da instrumentalização da ciência

pela ideologia, afirma que “Atualmente, a missão da psiquiatria, da psicologia e da psicanálise ameaça converter-se em instrumento de manipulação dos homens. Os especialistas desse campo nos dizem o que é a pessoa “normal”, inventam métodos para nos ajudar a nos adaptarmos, a sermos felizes, a sermos normais. A repetição constante pelos jornais, rádio e televisão faz quase todo o condicionamento”.E acrescenta: “seus praticantes se vão convertendo nos sacerdotes da nova religião da diversão, do consumo e da despersonalização, nos especialistas da manipulação, nos porta-vozes da personalidade alienada” (1955: p. 156-157).

Papel da ideologia

O pensamento Ideológico se expressa, em um primeiro momento, numa explicação racional para em seguida alcançar a concreticidade das relações sociais. Neste instante, se materializa na práxis dos indivíduos, realizando sua função precípua: a de adequar os comportamentos, independentemente da diversidade dos Interesses em presença, à ordem estabelecida. Dito de outra maneira: “na ideologia, a função prático-social se sobrepõe à função teórica, ou de conhecimento. Ela tem então uma dupla relação: com o conhecimento, de um lado e com a sociedade, do outro”. (ESCOBAR, 1979, p. 67).

Portanto, a ideologia dominante funciona como elemento estabilizador, por excelência, das relações sociais, em benefício das classes que regem o sistema produtivo. Ela é “o cimento indispensável à coesão das práticas numa formação social” (ESCOBAR:1979, p.67). O que significa dizer que a ideologia constitui poderoso instrumento de dominação, na medida em que consegue legitimar a ordem estabelecida pela adesão ativa, ou passiva, das classes subalternas aos valores e padrões de comportamento em vigor. Essa adesão se processa, via de regra, através de mecanismo dominado de internalização, ou “interiorização”.

Sabemos que a ideologia da classe dominante, ao se irradiar a toda a sociedade, é assimilada pelos integrantes das classes dominadas, que fazem suas as ideias dos dominantes. Frequentemente, esta penetração da ideologia faz com que as classes subalternas, ao interiorizar os valores que interessam ao capital, assumam *ipso facto* uma postura psicológica, e um comportamento correspondente de quem considera autênticos esses valores.

As primeiras se encarregam, elas próprios, de garantir, seja pela auto-vigilância e pela culpabilização, seja pelo simples convencimento, as normas de comportamento ditadas pelo segundo, no exclusivo interesse deste. Porém, as classes dominantes não têm, “geneticamente”, condições de compreender o caráter histórico e de classe da ideologia assim como o fato de serem os homens que produzem suas relações sociais, de acordo com sua produção material. Eles criam também as idéias, as categorias, ou seja, as expressões abstratas dessas mesmas relações sociais: “essas categorias são tão pouco eternas como as relações que as exprimem: são produtos históricos transitórios” (KOSIK:1969, p.15).

Musse traz à colação análise de Lukács a respeito, quando lembra que “a consciência de classe dos detentores do capital (e de seus representantes), ou a sua ‘inconsciência’ – delimitada pela função histórica prática dessa classe – impede-a de compreender a origem das configurações sociais. A classe como um todo, assim como os indivíduos que a compõem, está sujeita a essa carência reflexiva cujas características são desconsideração da história, com a naturalização do presente e o apego aos dados imediatos que contribuem para a ocultação das relações sociais” (MUSSE: 2020).

Com efeito, a burguesia de nosso país, por exemplo, viveria na terra como se no inferno estivesse, se fosse obrigar a conviver com o sentimento de culpa e o remorso de sentir responsável pela pobreza e miséria em que vegetam a maioria dos brasileiros. Os capitalistas racionalizam o seu papel, afirmando que não se deve onerá-los com taxas ou impostos que os levem, ainda que modestamente, a contribuir para a diminuição da desigualdade social. Para eles, ao afetar os seus lucros, repercutem negativamente na “livre concorrência”, inibindo o “instinto animal”, que confere a necessária “agressividade” às suas iniciativas.

Pellegrino sublinha que eles “acreditam que o regime de “livre iniciativa”, do qual são os sustentáculos, é o único que pode assegurar, através da economia de mercado, progresso social e liberdade individual, supremas aspirações do homem. Com esta mistificação, matam e dois coelhos com uma só cajadada. Não somente justificam a exploração do capital como “se atribuem a túnica da verdade, da respeitabilidade e do desprendimento”. Compram, assim, a “baixo preço, para si, a “boa consciência na terra e uma cadeira cativa no Céu (1983, p.3)

A ideologia como representação (ilusória) do real

Mostramos que as ideias não surgem espontaneamente na cabeça dos homens, nem são, tampouco, na sua substância, fruto da genialidade dos grandes pensadores. A maneira de ver de cada um de nós, a nossa compreensão do real, é determinada pelas condicionantes materiais e, principalmente, econômicas, que variam conforme a época histórica e o tipo de sociedade em que se vive. Com efeito, o materialismo histórico afirma existir “una estrecha relación entre la realidad, tal como ella es experimentada, y el modo que ésta se ve afectada por las repercusiones de los cambios que se producen en aquélla”. (DUBY:1976, p. 90).

Portanto, as representações que os homens fazem do meio em que vivem, e dos eventos de que participa, são, em maior ou menor grau, ilusórias. No dizer de George Duby “las ideologias [...] son inherentemente deformadoras de la realidad. La imagen que ofrecen de la organización social se construye sobre un juego de contraluzes que tienden a ocultar ciertas articulaciones al tiempo que proyectan toda la luz sobre otras, de cara a privilegiar intereses particulares”. (1976, p 85-86) (3).

Esclareça-se que esta representação do real, por ser ilusória não é propriamente falsa – no sentido de negação pura e simples do que existe – fabricada a partir da imaginação fértil do sujeito que observa. A ideologia traduz, ainda que de forma ilusória, um determinado aspecto do real. Retomemos, a esse respeito, o exemplo de Aristóteles. Este expressava com suas ideias o que efetivamente existia, ao constatar que os homens eram desiguais e ao identificar o caráter estratificado da sociedade em que vivem. Entretanto, a ilusão reside no fato de este filósofo nos dar do real uma visão invertida. Quer dizer, ele apresenta os resultados, ou as consequências, como se fora as causas, ou origem dos fenômenos que estuda.

Assim, a desigualdade entre os homens, que é efeito, mera consequência do regime escravista, é entendida como sendo a causa, ou como estando na origem deste regime. Da mesma forma, a estratificação social não é como parece ser, mero prolongamento de desigualdade congênita dos homens e sim a expressão das relações de produção, historicamente determinadas. Vê-se que não se consegue apreender a substância do que é, mas tão somente a aparência do ser. Deste modo, o efeito (a desigualdade, tida como natural) é apontado como sendo a causa, e a causa (as relações sociais de produção) aparece como mero efeito da desigualdade “natural”.

Portanto, neste caso, a ideologia se manifesta em uma ilusão de ótica: o que existe é percebido, mas de maneira invertida. Porém, ainda assim, o observador capta é algo existente, pois que “a aparência social não é algo falso ou errado, mas o modo como o processo social aparece na consciência direta dos homens. Isto significa que a ideologia possui uma base real, só que esta base está de ponta-cabeça” (CHAUI: 1981, p.105).

No caso de Aristóteles, a base real é a desigualdade, a qual, ao aflorar à superfície, esconde o seu caráter social, assumindo a aparência de algo natural. Apesar da desigualdade – fenômeno real – ser apreendida, a ela se atribui uma causa aparente – elementos naturais – não conseguindo o filósofo de Estagira penetrar na trama das relações sociais e detectar a verdadeira da desigualdade existente na sociedade em que vive: o modo de produção escravista.

Segundo Althusser “as representações ideológicas podem conter elementos de conhecimento, mas estão, sempre, integradas e submetidas a um conjunto de sistemas e representações, que é necessariamente um sistema orientado e falseado, um sistema dominado pela falsa concepção de mundo” (1970, p.85). Falsa concepção esta que faz com que, na ideologia, os homens não expressem suas relações com suas condições de existência (como vimos, a ideologia dominante, ao contrário, as camufla), mas sim a maneira pela qual eles vivem estas condições (a condição de escravo é vivida como algo natural). Esses dois aspectos é que mostram o caráter desdobrado, isto é, ao mesmo tempo, as “relações reais” e as “relações imaginárias” das “relações ideológicas concretas” (ESCOBAR:1979, p. 68).

Em síntese, podemos afirmar que “a utilização do conceito de falsa consciência não significa falsidade total “no es la ideologia que es falsa, sino su pretension de estar de acuerdo com la realidad”. Na verdade, ela está de acordo com “la realidad de la dominación” (ADORNO:1993, p.191-193).

A ideologia como representação, práxis e norma

Até agora, estudamos a ideologia apenas enquanto manifestação do pensamento. Entretanto, além do aspecto cognoscitivo, o conceito de ideologia engloba também formas de agir e sentir cujas características dependem da maneira como o objeto é percebido. Maneira esta que é determinada pelas condições concretas, materiais e históricas, da existência do indivíduo. A ideologia abrange ainda as normas – morais ou jurídicas – que, disciplinando as formas de comportamento, garantem a concretização dos valores embutidos no pensamento ideológico, tornando-o eficaz.

Ilustremos a tripla dimensão da ideologia (representação, práxis e norma), a partir da análise da conduta de um racista. Este, com base em certa forma de pensar que considera determinadas etnias inferiores, age de forma peculiar, discriminatória, em relação a elas. Por exemplo, recusando a um afro-descendente um emprego, por razões de pessoal. Ou ainda, impedindo o acesso de um mulato a um hotel, ou a um clube granfino. Ou se referindo de maneira pejorativa, ao objeto de sua discriminação: negro “tem cara de macaco,” é “preguiçoso, “burro” ou “besta”.

Vê-se que as reações emocionais, psicológicas dos que discriminam não são, evidentemente, neutras. O racista nutre em relação a quem ele considera inferior, conforme o caso, sentimentos de desprezo, complacência ou ódio (4). Destarte, considerado no plano individual, naturalmente inferior, será, necessariamente, na esfera social, tratado como um cidadão de segunda categoria.

Mas o “racismo estrutural” é tão forte que até mesmo afro-descendentes bem situados no *establishment* interiorizam a ideologia racista. Disso é exemplo o Presidente da Fundação Palmares – por ironia, um órgão destinado a contribuir para o fortalecimento da identidade e da consciência negra. Nas suas palavras: “a escravidão foi terrível para os escravos, mas benéfica para os seus descendentes” (CHEFE ..2020).

Marilena Chauí ressalta o caráter multifacetado da ideologia, mostrando ser esta “um conjunto lógico, sistemático e coerente, de representações (idéias e valores) e normas ou regras de conduta que indicam aos membros da sociedade o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer” (CHAUÍ, 1981: p. 11).

A ideologia como representação de interesses de classe

Como demonstram as análises precedentes, os homens que vivem sob um mesmo tipo de organização social (por exemplo, na sociedade burguesa) sofrem a influência de uma ideologia hegemônica e dos valores que a expressam. Esta ideologia emana da “base material” do sistema produtivo – as relações de produção – geradoras de uma práxis social baseada na afirmação de um individualismo exacerbado e na concorrência, que envolve os mais amplos setores da sociedade. A ideologia não é, portanto, “um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo, involuntário, produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos” (CHAUÍ, 1981: p.18.).

Assim, a ideologia burguesa, gerada pelo modo de produção capitalista, (que se concretiza, historicamente, em formações sociais determinadas) traduz, a nível das ideias, a práxis social necessária à reprodução do sistema produtivo. Expressa, consequentemente, os interesses da classe economicamente dominante, que elabora sua ideologia e a irradia a todas as demais classes.

Por essas razões que, frequentemente, a percepção que tem os explorados de sua situação econômica e social, e dos meios de transformar o mundo, reproduz, em graus variáveis, a ideologia do sistema, que é a ideologia da classe dominante. É o que ocorre quando os trabalhadores constatarem a sua situação de infortúnio mas a atribuem à vontade de Deus, à fatalidade ou a problemas que consideram insolúveis, e, a partir daí, tendem a se conformar com a ordem vigente, que seria apenas o produto natural de um mundo de desigualdades irremovíveis. Ou então, quando conseguem identificar as raízes da exploração de que padecem sem, entretanto, acreditar no valor da sua força coletiva para transformar os dados do real. Ou ainda, quando ao fazê-lo, utilizam estratégias pouco adequadas às necessidades de uma mudança efetiva no sistema produtivo.

A ampla hegemonia ideológica exercida pela burguesia na sua época levou Marx a afirmar que “as ideias das classes dominantes são, em todas as épocas, as ideias dominantes: a classe que é a força material dominante da sociedade também é a sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material, tem também por esse motivo os meios de produção espiritual ...” (MARX: 1977, p.2).

Atualmente, esta análise marxiana pode ser relativizada em função das transformações ocorridas nos países democráticos de capitalismo avançado, que estudaremos a seguir. Não obstante, Marilena Chauí parece interpretar rigidamente essa análise de Marx, ao pretender que “embora esteja dividida em classes e cada qual ‘devesse’ ter suas próprias ideias, a dominação de uma classe sobre as outras faz com que só sejam consideradas as ideias da classe dominante”. (1981, p.92). Segundo Chauí, esta classe, dispondo dos meios de produzir riqueza material, também se torna proprietária dos meios de produzir ideias e consegue desse modo irradiar para toda a sociedade a sua ideologia, fazendo com que esta se torne a forma comum de interpretação da realidade (CHAUÍ: 1981: p.94).

Diferentemente de Chauí, consideramos que as classes subalternas podem afirmar a sua especificidade e desempenhar um papel ideológico inovador – mesmo sob a dominação do Capital – essencial à constituição de uma contra-hegemonia política e cultural das referidas classes.

Mesmo se a ideologia é uma forma de pensamento estruturalmente comprometida com a alienação ela tem, muitas vezes, se constituído, de maneira até bastante direta, para promover a transformação das sociedades e para impulsionar os homens ao movimento da história (KONDER:1965, p.49). Aliás, o próprio Marx enfatizou a força ativa das ideias ao afirmar que “a teoria se transforma em realidade material tão logo se apodera das massas”. É com base neste entendimento que Gramsci acentua o papel da consciência humana “que não é mero epifenômeno, mas que – sob forma ideológica – constitui-se em elemento ontologicamente determinante de ser social” (COUTINHO : 1981, p.86).

Conforme observa Bobbio, as ideologias devem ser vistas “não mais apenas como justificação póstuma de um poder cuja formação histórica depende de condições materiais”, mas também “como forças formadoras e criadoras de nova história, colaboradoras na formação de um poder que se vai constituindo e não tanto como justificadoras de poder já constituído” (BOBBIO, 1982: p. 41) (5)

***Rubens Pinto Lyra** é doutor em Ciência Política e Professor Emérito da UFPB. Autor, entre outros livros, de *Le Parti Communiste Français et l'intégration européenne (C.E.U.)* e *Teoria Política e Realidade Brasileira (EDUESPB)*.

Referências

-
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- ARISTÓTELES. **Política**. Madrid: Aguilar, 1977.
- BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CHEFE da Fundação Palmares diz que escravidão foi benéfica para os descendentes dos escravos. <https://istoe.com.br> 30 ago. 2020
- COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: Graal, 1981.. DUBY, Georges. **Historia social e ideologias de las sociedades**. Barcelona: Anagrama, 1976. 117 p.
- ESCOBAR, Carlos Henrique. **Ciência da história e ideologia**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- JAPIASSÚ, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.
- KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- MATOS, Olgária. **Paris 1968: as barricadas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, s/d. vol. 1, 1999, 316 p.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. In: **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: 1977. vol. 2.
- MUSSE, Ricardo. No club dos 0,001 Disponível em <https://dpp.cce.myftpupload.com> Acesso em: 7jul.2020.

PELLEGRINO, Hélio. **Camelo no fundo da agulha. Folha de São Paulo**. 29 nov. 1983. p.3.

Notas

- Por isto *“a representação da coisa não constitui uma qualidade natural das coisas e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas”*.

- KOSIK, Karel. **A Dialética do Conceito**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. p. 15). Para Marx, os homens que produzem suas relações sociais, de acordo com a sua produção material, criam também as ideias, as categorias, ou seja, as expressões abstratas dessas mesmas relações sociais. Estas categorias são tão pouco eternas como as relações que exprimem. São produtos históricos transitórios”.

MARX, Karl. **Textos Filosóficos**. Lisboa: Editora Estampa, 1975. p. 23.

- A melhor crítica à concepção da “falsidade” da ideologia como falsa representação é a da “falsidade” da ideologia com falsa motivação. De acordo com este entendimento “o juízo de valor pode ser uma falsa motivação, que cobre ou mascara os motivos reais do comando ou da obediência. Por exemplo, o juízo de valor com base no qual se crê na superioridade moral e natural dos senhores em relação aos escravos pode mascarar, em grau maior ou menor, na consciência dos senhores e dos escravos, a motivação prevalecente do comando, que pode ser o interesse, e a motivação prevalente da obediência, que pode ser o temor da violência”.

O conceito de ideologia como falsa motivação é análogo ao conceito racionalização, com o qual *“se designa, precisamente, a elaboração de motivos fictícios para as próprias ações cujo móvel real permanece inconsciente. Mas, enquanto o conceito de racionalização tem caráter individual, o de ideologia tem natureza social porque diz respeito a comportamentos coletivos”*.

STOPPINO, Mário. Ideologia. In: BOOBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1985. p. 585-597.

(4) O racismo é um estereótipo. Isto é, uma ideia preconcebida que, devido a determinado sistema de valores, alimentamos em relação a certas pessoas, atos, situações, etc. Assim, entre duas candidatas a um emprego, sendo “uma bonita e outra feia e franzina, a minha tendência será a de escolher a moça bonita, não porque ela seja a melhor, mas porque ela corresponde ao estereótipo da mulher “interessante”. Eu passo a ver a segunda candidata como alguém incapaz para o serviço porque a sua **imagem externa** me leva a isso”.

Já a ideologia enquanto **práxis** se manifesta também através de rituais, carregados de simbolismo, como o casamento religioso, baseado no dogma da indissolubilidade do vínculo material. O traje branco da noiva simboliza sua pureza, que seria maculada com as quebras da virgindade, antes do casamento, e portanto, sem o objetivo de procriar.

(5) Conforme observa com acuidade Bobbio, na passagem da ideologia Alemã, citada no texto, “as ideologias aparecem **sempre depois das instituições**, quase como momento de reflexo, na medida em que são consideradas em seu aspecto de justificações póstumas e mistificadas-mistificantes do domínio de classe”. (+)

(BOBBIO, Norberto. **Conceito de sociedade civil**. Rio: Graal, 1982.